**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE (DIA) DE (MÊS) DE 2018.

*Dispõe sobre a desconsideração de infração para fins de reincidência, mediante o pagamento integral da multa imposta e o cumprimento dos requisitos que estabelece.*

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP**, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.005982/2018-10 e as deliberações tomadas na XXª Reunião de Diretoria, realizada em (DIA) de (MÊS) de (ANO), RESOLVE:

**Art. 1º** Esta Resolução dispõe sobre o efeito de desconsideração de infração para fins de reincidência decorrente do pagamento integral da pena de multa imposta e do cumprimento dos requisitos que estabelece.

**Art. 2º** As condenações cujo cumprimento integral das penas pecuniárias se dê até três meses contados da data da publicação desta Resolução serão desconsideradas para fins de reincidência.

§1º Para a desconsideração da reincidência nos termos do *caput*, o agente econômico deverá comprovar o protocolo de requerimento de desistência das ações judiciais, com renúncia do direito sobre que se funda a ação, nos termos do art. 3º da Lei 9.469/1997, eventualmente ajuizadas com o intuito de anular, impugnar ou de qualquer forma discutir a sanção imposta.

§2º Caso seja condenado por nova infração praticada dentro do período de um ano após o cumprimento integral das penas pecuniárias, o agente econômico perderá o benefício previsto no *caput*.

**Art. 3º** Para as infrações cometidas até a data de publicação desta Resolução, o pagamento integral com renúncia expressa do direito de recorrer, feito com base no §3º do art. 4º da Lei nº 9.847, de 1999, ensejará sua desconsideração para fins de reincidência.

**Art. 4º** Confirmado o pagamento da multa no valor total devido e o recebimento do requerimento a que se refere o art. 2º, I, o efeito de afastamento da reincidência será considerado no processo administrativo.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA